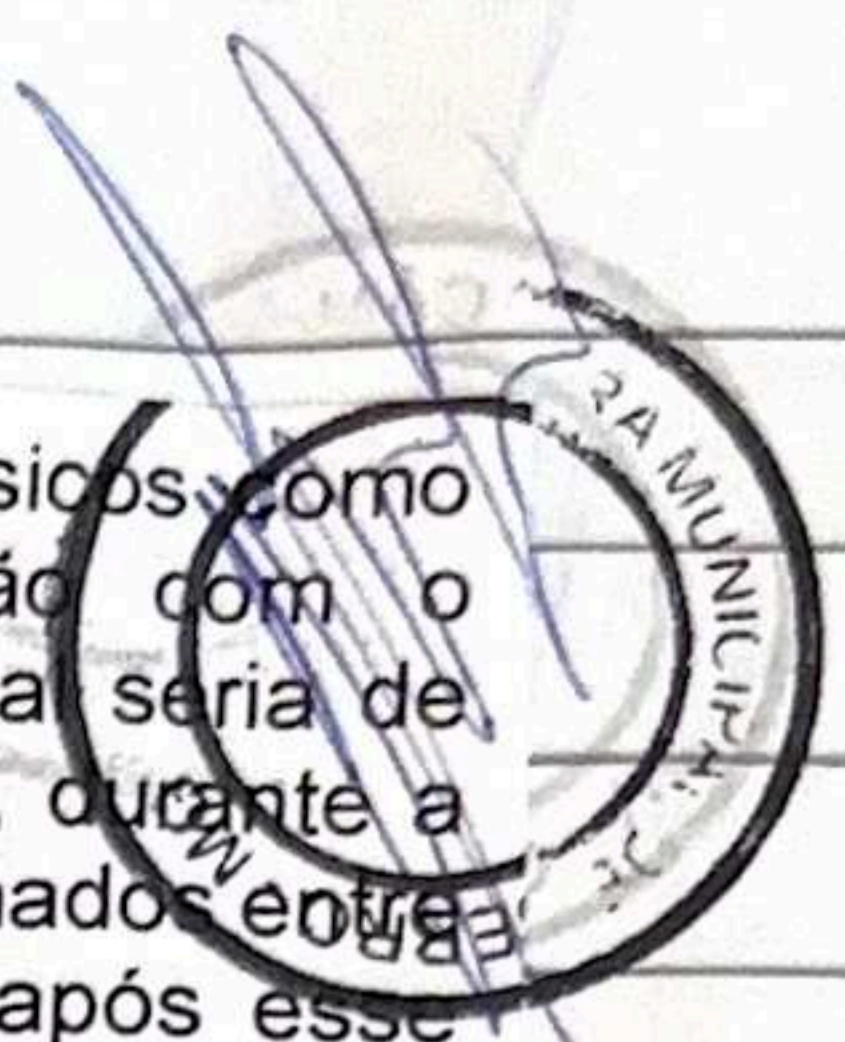


**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO.**

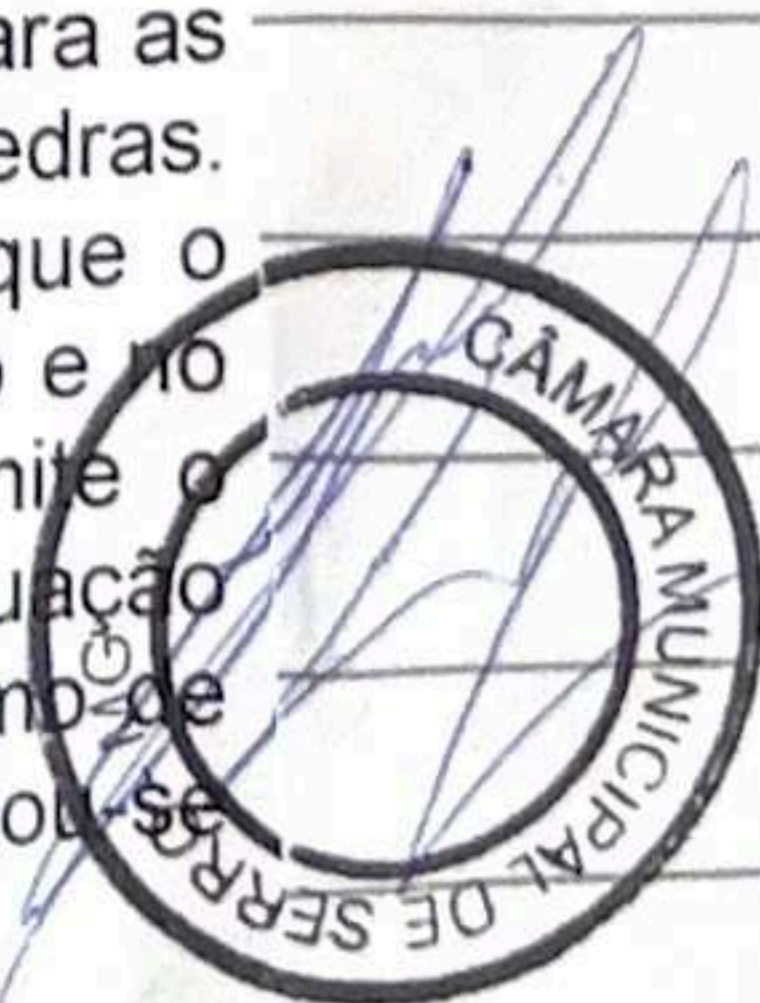
No primeiro dia do mês de abril de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 20:00 (vinte horas), no Salão Nobre da Câmara Municipal de Serro, Plenário Dr. José Monteiro da Cunha Magalhães, teve início a 3ª Sessão Ordinária do Poder Legislativo de Serro. O Exmo. Sr. Presidente, Vereador João Paulo Brandão Simões, solicitou ao Secretário da Mesa que realizasse a chamada dos Edis, sendo registrada a presença dos seguintes: João Paulo Brandão Simões, Assis de Oliveira, Eneas Vitorino da Silva, Rosimar Ângelo Severino, Adelino Aparecido Guimarães Reis, Antônio Carlos da Cunha, Antônio José de Oliveira Filho, Flávio Cardoso da Silva, Roberto da Silva Ribeiro, Ronivon Simões e Weverson Leão Simões. Comprovada a existência de quórum, o Presidente declarou aberta a Sessão. A seguir iniciou a apreciação da Ata da 3ª Sessão Ordinária. Aberta a votação, a Ata foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. A seguir o Presidente solicitou ao Secretário da Mesa Diretora que efetuasse a leitura das correspondências recebidas do Poder Executivo: Ofícios GP 074/2026, que solicitam Urgência Especial na apreciação do Projeto de Lei Complementar 001/2026, que altera o Artigo 34 da Lei Complementar Nº 008/1992 para conceder dias de Compensação/Descanso aos Servidores Públicos Municipais convocados a servir como Jurados e dá outras providências; Projeto de Lei 013/2026, que autoriza o Município de Serro a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências; e Projeto de Lei 014/2026, que autoriza a Abertura de Crédito Especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Ofício GP 080/2026, que envia nominata contendo os novos membros que comporão o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR; e Ofício GP 086/2026, que envia justificativa ao Projeto de Lei 013/2026. A seguir o Presidente solicitou ao Secretário da Mesa Diretora que efetuasse a leitura das correspondências expedidas: Ofício SC 012/2026, que envia mensagens diversas. A seguir o Presidente solicitou ao Secretário da Mesa Diretora que efetuasse a leitura do Expediente da Sessão: Edital de Convocação, datado de 31 de março de 2026; Requerimento 004/2026, de autoria do Vereador Weverson Leão Simões, que requer documentos e informações; Indicação 025/2026, de autoria do Vereador Rosimar Ângelo Severino, que solicita adequação das instalações físicas de escolas; Indicação 026/2026, de autoria do Vereador Assis de Oliveira, que sugere instituição de programa de concessão de bolsas de estudos de graduação; e Indicação 027/2026, de autoria do Vereador Roberto da Silva Ribeiro, que solicita limpeza de vias públicas. O Presidente convidou o Sr. Hélivio Cristian Maia, Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, para ocupar a Tribuna a fim de prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei 013/2026. O Sr. Hélivio esclareceu que a tramitação do empréstimo divide-se em três etapas: a primeira, o estudo de viabilidade técnica já realizado pelo banco; a segunda, a aprovação da lei autorizativa pelo Legislativo; e a terceira, o retorno ao banco com os projetos de investimento específicos para liberação dos recursos. Enfatizou que o recurso é destinado exclusivamente a investimentos em infraestrutura, vedada a aplicação em custeio, e que o município possui capacidade de pagamento superior ao valor ora pleiteado. Vereador Ronivon defendeu a urgência do crédito, afirmando que o orçamento corrente e emendas parlamentares são insuficientes para obras de grande porte. Citou a precariedade das pontes das localidades de Lucas e Brumado, além de do bairro da Praia e nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. O Vereador Rosimar reforçou a tese, pontuando que o custo das obras poderia saltar para 30 milhões em dez anos devido à inflação, justificando o empréstimo como uma medida de economia futura. O Vereador Weverson manifestou severa preocupação com a urgência da apreciação imediata da proposição, visto que o projeto foi protocolado em 30 de março de 2026.: Questionou a viabilidade do pagamento diante da queda acentuada do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de receita local. Apontou que a atual gestão pagaria apenas 13 parcelas, considerados 18 meses de carência, deixando 107 parcelas para administrações futuras, totalizando 120 meses de compromisso financeiro. Estimou que o município arcará com aproximadamente R\$ 310.000,00



mensais, o que poderia comprometer o custeio de serviços básicos como saúde, educação e limpeza urbana. Refutou a comparação com o empréstimo destinado à construção do terminal rodoviário, o qual seria de valores muito inferiores. Em resposta, o Sr. Hélvio detalhou que, durante a carência de 18 meses, o município pagará apenas juros fixos estimados em R\$ 112.000,00, iniciando a amortização do principal somente após esse período. Argumentou que o investimento gera retorno imediato através da arrecadação de 4% de ISS sobre as obras e pelo aquecimento da economia local. Afirmou que o investimento gera investimento, gerando novos negócios e abrindo novas empresas, e que a estagnação por falta de obras prejudica o crescimento do Município. Afirmou que o financiamento para construção do Terminal Rodoviário encontra-se finalizando, o que permitirá o pagamento das parcelas do financiamento ora proposto. O Vereador Weverson questionou o valor destinado à construção do Terminal Rodoviário, inferior ao atualmente proposto. O Sr. Hélvio esclareceu as diferenças entre investimento e custeio, informando não haver linhas de crédito destinadas a financiar custeios, mas apenas investimentos, sendo já previsto pelo Município o crescimento do mercado local, diante da atual análise de viabilidade de novos empreendimentos. O Vereador Weverson questionou os riscos de comprometimento do orçamento público nos próximos anos, uma vez que o Executivo reconhece ser o FPM a principal fonte de receita do Município, tendo afirmado expressamente sua constante queda. Afirmou entender as necessidades urgentes das obras propostas. Contudo reiterou sua preocupação com o comprometimento do orçamento do Município, o que poderá produzir efeitos nos serviços de saúde e educação. O Sr. Hélvio reiterou as comparações dos recursos destinados a investimentos e custeio. Efetuiu a comparação entre os recursos direcionados para a Rua Direita em Milho Verde e a Rua do Paineiro, na sede, sendo a primeira cerca de 15 mil m<sup>2</sup> e a segunda aproximadamente 400 m<sup>2</sup>. Indagado pelo Vereador Weverson acerca da origem dos recursos para pagamento das parcelas do financiamento, informou o Sr. Hélvio que os valores serão pagos com receitas próprias e retenção na conta de repasse do ICMS. O Vereador Flávio expressou profunda preocupação com o montante do empréstimo. Reconheceu a magnitude do projeto para a região, citando especificamente os distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e a localidade do Lucas, mas ressaltou a necessidade de fiscalizar a execução das obras. Relembrou problemas em gestões passadas e parcerias com a iniciativa privada em que calçamentos não foram executados ou apresentaram vícios, como o caso da Rua do Campo com a Rua da Amargura, onde residências sofreram alagamentos. Questionou a conveniência política do prazo, indagando por que o Poder Executivo não pleiteou o crédito no início do mandato, em 2021, o que permitiria a quitação ainda na atual gestão. Lamentou a existência de diversas localidades com demandas de infraestrutura graves e urgentes, a exemplo da localidade de Santa Cruz, onde crianças necessitam atravessar o Rio Jequitinhonha em canoas para terem acesso à educação. Citou ainda o exemplo da pavimentação da Rua do Passageiro, no Distrito de Três Barras da Estrada Real, onde forma depositados os bloquetes para realização de parceria com a população, ainda não iniciada. Advertiu que, embora a pavimentação traga alegria imediata, o ônus financeiro futuro poderá impactar áreas críticas como saúde, educação e o pagamento de salários dos servidores municipais. Manifestou incerteza quanto ao valor elevado, temendo que o atual sorriso se transforme em um choro futuro caso o município não consiga arcar com a dívida. O Vereador Assis corroborou o desejo de ver as ruas de Milho Verde devidamente pavimentadas, classificando a obra como um sonho. Contudo, manifestou o receio compartilhado pelos moradores quanto à continuidade e conclusão dos serviços, temendo que as obras fiquem apenas no papel ou inacabadas. Indagou se o compromisso financeiro não prejudicaria investimentos necessários na educação e na saúde do Distrito. O Presidente agradeceu ao Sr. Hélvio pelos esclarecimentos prestados. O Sr. Hélvio agradeceu pela oportunidade de apresentar as informações e planejamentos da Administração. O Vereador Ronivon ao final efetuou comparação da desvalorização da moeda nos últimos 10 anos e previsão para o próximo



período. A seguir o Presidente suspendeu a Sessão para cumprimento do intervalo regimental. Vencido o intervalo, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia. Iniciada a Ordem do Dia, o Vereador Weverson, pela ordem, requereu o adiamento da discussão com base em pedido de vista do Projeto de Lei 013/2026, na forma do Art. 182 caput e §4º do Regimento interno. Argumentou o Vereador que a proposição, por tratar de cifras vultosas e ter sido protocolado com exíguo prazo, na segunda-feira anterior à sessão, exigiria análise técnica aprofundada sobre o cronograma e o plano de trabalho. Alertou para a queda acentuada do FPM e o risco de o município atingir um estado de ineficiência administrativa. Reiterou suas manifestações durante o Expediente, ressaltando a importância das obras previstas. Contudo ressaltou a necessidade de esclarecer a real situação financeira do Município e o impacto na execução do orçamento nos próximos anos. Ressaltou que a Prefeitura Municipal teria até o dia 30 de abril para enviar a lei autorizativa ao BDMG, o que viabilizaria a concessão de vista sem prejuízo ao prazo de habilitação para o financiamento junto ao banco. Afirmou que a mera expectativa de aumento de receita não é suficiente para amparar a decisão para contratação do financiamento e existência de recursos suficientes para efetuar o pagamento das parcelas de amortização. Discorreu acerca das obras as quais seriam realizadas com o financiamento, justificando a necessidade do adiamento para que se conheça efetivamente os projetos das referidas obras. Apreciado em único turno, o pedido de adiamento de discussão foi rejeitado por 7 (sete) votos contrários e 3 (três) favoráveis. A seguir o Presidente iniciou a apreciação dos pedidos de Urgência Especial. Projeto de Lei Complementar 001/2026, que altera o Artigo 34 da Lei Complementar Nº 008/1992 para conceder dias de Compensação/Descanso aos Servidores Públicos Municipais convocados a servir como Jurados e dá outras providências. A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Lei 013/2026, que autoriza o Município de Serro a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências. A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Lei 014/2026, que autoriza a Abertura de Crédito Especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Em seguida, o Presidente iniciou a apreciação das proposições constantes da Ordem do Dia, todas com pareceres emitidos pelas Comissões Permanentes. Projeto de Lei Complementar 001/2026, que altera o Artigo 34 da Lei Complementar Nº 008/1992 para conceder dias de Compensação/Descanso aos Servidores Públicos Municipais convocados a servir como Jurados e dá outras providências. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Lei 013/2026, que autoriza o Município de Serro a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências. O Vereador Weverson reiterou que sua solicitação anterior de vista visava uma análise mais técnica do projeto. Declarou compreender a precariedade vivida pelos moradores de Milho Verde e da Rua do Panelheiro, mas criticou o fato do empréstimo ter sido pleiteado apenas no fim do mandato, o que onerará gestões futuras com o pagamento de 107 das 120 parcelas previstas. O parlamentar afirmou que seu voto não seria populista e, embora tenha mantido uma postura de apoio à administração em outros projetos, declarou-se contrário à proposição devido à falta de informações precisas sobre o impacto financeiro de médio e longo prazo, temendo uma futura crise fiscal no município. O Vereador Antônio Carlos pontuou a dualidade do projeto, reconhecendo o benefício imediato para as pontes do Lucas e as vias de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das pedras. Contudo, manifestou grave preocupação com o impacto negativo que o serviço da dívida poderá causar nos orçamentos da saúde, educação e no pagamento dos servidores públicos. Criticou a legislação que permite o endividamento para administrações subsequentes e classificou a situação como um potencial desastre econômico, sugerindo que um empréstimo de valor inferior seria mais prudente. O Vereador Rosimar manifestou



favoravelmente ao Projeto de Lei, classificando-o como um investimento essencial para atender aos clamores por infraestrutura. Argumentou que a inflação tornará as mesmas obras significativamente mais caras no futuro e defendeu a solvência do Executivo, ressaltando que a atual gestão mantém o pagamento de servidores e dívidas rigorosamente em dia. Criticou experiências anteriores com tecnologias que não trouxeram resultados, como a capina elétrica, defendendo que o empréstimo é a única via para obras de grande porte que a atual receita do Município não comporta. O Vereador Flávio reafirmou sua apreensão quanto ao montante da dívida, utilizando a metáfora de que o município "riria agora para chorar no futuro". Listou diversas vias nos Distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde que necessitam de atenção, tais como Campo, Esperidião, Pica-Pau, da Várzea, das Mangueiras, Vila Nova, Sol Nascente, Ilídio Ribeiro, da Fazenda, das Flores, Campo das Flores, dentre outras, e questionou a capacidade do projeto de abranger todas as demandas. Apesar de suas dúvidas técnicas e da rejeição de seu pedido de reflexão, quando acompanhou o pedido de adiamento, declarou que votaria favoravelmente ao mérito para garantir que o recurso chegue à região, mas prometeu fiscalização rigorosa na execução das obras. Lamentou, contudo a falta de apoio para demandas do Legislativo no que diz respeito a denominação e regularização de vias públicas, citando oportunidade em que defendeu de forma isolada os interesses de moradores do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras. O Vereador Ronivon defendeu a aprovação da proposição, afirmando que o Prefeito Municipal está escolhendo o caminho certo e agindo com coragem e responsabilidade. Relembrou o sucesso do financiamento para construção do Terminal Rodoviário e sugeriu que o Município deveria ter pleiteado o valor total de R\$ 18 milhões para incluir ainda mais ruas. Argumentou que o investimento em obras aquece a economia local, gera empregos e que o endividamento será absorvido naturalmente pelo crescimento da receita decorrente das melhorias. O Vereador Enéas posicionou-se de forma favorável, enfatizando que investimentos em infraestrutura são distintos das despesas de custeio da saúde e educação. Ressaltou que o Município precisa de qualidade e dignidade urbana, classificando o recurso como fundamental para o progresso de Serro. O Vereador Roberto reforçou a confiança na gestão do atual Prefeito, baseando seu voto no histórico de cumprimento de compromissos financeiros. Criticou as manifestações contrárias, afirmando que grande parte da população espera pelas obras de infraestrutura. Afirmou que o papel do legislador é dar condições de trabalho ao Executivo e que as obras previstas, como a reforma do prédio da Secretaria de Saúde e a ponte da localidade do Brumado, são vitais para as comunidades humildes. O Vereador Rosimar, em parte, destacou a economia com aluguéis e parcelas de outros investimentos. O Vereador Assis destacou o impacto positivo para o turismo no Distrito de Milho Verde, que sofre com o estado das vias em períodos chuvosos. Afirmou que embora tenha admitido preocupação com o empréstimo, confia na realização do sonho de ver as ruas calçadas. A proposição foi aprovada em único turno por 9 (nove) votos favoráveis e 1 (um) contrário. Projeto de Lei 014/2026, que autoriza a Abertura de Crédito Especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. A seguir o Presidente iniciou a apreciação da nominata contendo os novos membros que comporão o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário, em votação nominal. Em seguida o Presidente iniciou a apreciação do Requerimento 004/2026, de autoria do Vereador Weverson Leão Simões, que requer documentos e informações. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. A seguir o Presidente iniciou a apreciação das Indicações de autoria dos Srs. Vereadores. Indicação 025/2026, de autoria do Vereador Rosimar Angelo Severino, que solicita adequação das instalações físicas de escolas. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Indicação 026/2026, de autoria do Vereador Assis de Oliveira, que sugere instituição de programa de concessão de bolsas de estudos de graduação. A proposição foi aprovada em único turno por 10

(dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Indicação 027/2026, de autoria do Vereador Roberto da Silva Ribeiro, que solicita limpeza de vias públicas. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Concluídas as deliberações, o Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que apresentassem suas proposições verbais e considerações finais. O Vereador Assis noticiou aos moradores dos Distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das pedras, bem como das localidades de Fazenda Santa Cruz, Baú, Barga e Ausente que, por intermédio de sua articulação com a Secretária Municipal de Saúde, e com o apoio do Deputado Celinho Sintrocel, o Posto de Saúde de Milho Verde passará a funcionar aos finais de semana a partir do mês de maio. Ressaltou que o Deputado destinou vultoso recurso para investimentos na saúde e transporte de pacientes no Município. O Vereador Antônio Carlos cumprimentou o Vereador Assis pela conquista na área da saúde, classificando o atendimento aos finais de semana como um passo fundamental para a região. Acerca do Projeto de Lei 013/2026, reiterou que, embora mantenha preocupações, deposita confiança no Poder Executivo para que a administração dos recursos resulte em obras efetivas e na prosperidade do Município. O Vereador Rosimar expressou agradecimentos aos deputados Lucas Lasmar e Sávio Souza Cruz pelo apoio recebido. Dirigindo-se ao Chefe de Gabinete, Sr. Hêlvio Maia, solicitou formalmente que o Poder Executivo encaminhe os projetos de lei com maior antecedência, para que os Srs. Vereadores disponham de tempo hábil para análise técnica antes das votações. O Vereador Wéverson cumprimentou o Vereador Assis pela emenda parlamentar, citando-a como exemplo de como o Legislativo pode auxiliar o Executivo, mencionando que ele próprio já captou mais de R\$ 1 milhão em recursos garantidos. No que tange ao Projeto de Lei nº 13/2026, reafirmou que sua posição foi pautada na análise das consequências a longo prazo para os próximos gestores pelos próximos 10 anos. Listou demandas urgentes de infraestrutura que ainda carecem de atenção, como drenagem na localidade de Ausente, problemas crônicos de drenagem e alagamentos no Bairro Lazareto, onde moradores sofrem prejuízos materiais constantemente, melhorias estruturais na ponte de Várzea de Baixo, embora tenha reconhecido a recente instalação de guarda-corpos, além da situação da ponte das localidades de Pedra Redonda e Marques, sendo informado durante a fala que esta já se encontra licitada. O Vereador concluiu afirmando que, embora integre a base situacionista, manterá sua independência para questionar e votar contra proposições que considerar inadequadas ao interesse público, agindo com responsabilidade fiscal e sem vaidades políticas. O Vereador Enéas registrou agradecimento público à Secretária Municipal de Obras, Sra. Tamires, presente ao Plenário, pelo trabalho executado na ponte da localidade de Várzea de Baixo, destacando que a intervenção trouxe segurança para a comunidade local. Encerradas as discussões e nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a Sessão, pelo que, para constar, eu, Eneas Vitorino da Silva, Secretário da Mesa Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente e pelos Srs. Vereadores. Plenário da Câmara Municipal de Serro, em 1º de abril de 2026.

*(Handwritten signatures and stamps)*

*(Circular stamp: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO - MG)*